

PORTUGUÊS

TEXTO

2006 é o ano em que todo o Brasil se reúne para comemorar uma grande conquista: a auto-suficiência em petróleo

Este ano vai entrar para a história. Com o início da operação da plataforma P-50, a Petrobras fez do Brasil um dos poucos países do mundo auto-suficientes em petróleo. Uma conquista importante para o País porque garante a estabilidade na produção de energia, atraindo mais investimentos estrangeiros, aquecendo a economia e gerando mais empregos. É uma conquista importante para a Petrobras porque é garantia de mais recursos para continuar investindo em tecnologia, capacitação técnica e preparação para novos desafios. Desafios como pesquisa e desenvolvimento de fontes de energias renováveis, como o diesel. Tudo para garantir a auto-suficiência daqui para frente. Auto-suficiência. É a Petrobras se preocupando, cada vez mais, com o futuro do País.

Revista Época. 01 de maio de 2006. p. 78.

01. Ao declarar no início do texto, “Este ano vai entrar para a história”, o autor faz referência ao

- A) ano passado como momentos de grandes registros e lembranças.
- B) ano letivo que rege o calendário escolar da rede oficial de ensino.
- C) ano que está sendo vivenciado e que marcará os anais da história brasileira.
- D) período que compreende o surgimento da Petrobras.
- E) ano em que a Petrobras deverá recuar diante dos múltiplos desafios.

02. Através do período “ ... a Petrobras fez do Brasil um dos poucos países do mundo auto-suficientes em petróleo.”, conclui-se que

- A) pouca importância deve ser dada à Petrobras no cenário da economia brasileira.
- B) inegavelmente, a Petrobras prejudicou a exportação do petróleo brasileiro.
- C) são infundáveis os países independentes em termos de petróleo.
- D) graças à Petrobras, a auto-suficiência de nosso país em termos de petróleo é atualmente uma realidade.
- E) ser auto-suficiente em petróleo é abrir mão em favor dos países vizinhos.

03. A conquista da auto-suficiência gerou uma série de benefícios ao nosso Brasil. Abaixo, apenas, uma alternativa elenca corretamente alguns desses benefícios. Assinale-a.

- A) Aquece a economia e desestabiliza a produção de energia.
- B) Investe em capacitação técnica e reduz a produção de energia.
- C) Investe em tecnologia e repudia os investimentos do exterior.
- D) Gera novos empregos e estabiliza a produção de energia.
- E) Reduz o número de empregos e aquece a economia.

04. Em “Tudo para garantir a auto-suficiência daqui para frente.”, percebe-se

- A) a necessidade de relaxar face os ditames que regem a auto-suficiência do petróleo.
- B) o desejo de que no futuro a auto-suficiência decline em seus princípios.
- C) o momento presente como uma forte ameaça para a auto-suficiência do petróleo.
- D) uma certa inquietude em termos de se preservar no futuro a auto-suficiência do petróleo.
- E) no futuro, que inexistente a necessidade de se manter vigilante em relação à auto-suficiência do petróleo.

05. Em qual das alternativas, o termo entre parênteses é sinônimo do termo sublinhado?

- A) “Uma conquista importante para o País...” (imminente)
- B) “... porque garante a estabilidade na produção...” (flexibilidade)
- C) “... aquecendo a economia e gerando mais empregos.” (criando)
- D) “... como fontes de energias renováveis, como o diesel...” (imutáveis)
- E) “... capacitação técnica e preparação para novos desafios.” (recuos)

06. Sobre DENOTAÇÃO e CONOTAÇÃO, observe o trecho abaixo.

“... atraindo mais investimentos estrangeiros, aquecendo a economia e gerando mais empregos.”

É correto afirmar, em relação aos termos sublinhados, que

- A) todos são exemplos de denotação.
- B) o segundo termo caracteriza uma conotação.
- C) apenas o terceiro se constitui exemplo de denotação.
- D) apenas o primeiro se caracteriza como um exemplo de conotação.
- E) todos são exemplos de conotação.

07. Em qual das alternativas, o emprego da vírgula se justifica por separar termos deslocados?

- A) "... de fontes de energias renováveis, como o diesel."
- B) "Com o início da operação da plataforma P-50, a Petrobras fez do Brasil..."
- C) "É a Petrobras se preocupando, cada vez mais..."
- D) "... porque garante a estabilidade na produção de energia, atraindo mais investimentos."
- E) "... para continuar investindo em tecnologia, capacitação técnica..."

08. Sobre **CONCORDÂNCIA NOMINAL** e **VERBAL**, analise os itens abaixo.

- I. "... um dos poucos países do mundo auto-suficientes" – se o termo sublinhado fosse substituído por "nações", seria correto dizer: uma das poucas nações do mundo auto-suficientes.
- II. "Uma conquista importante para o País porque garante a estabilidade na produção de energia..." – o verbo deste trecho concorda com o sujeito "País".
- III. "... atraindo mais investimentos estrangeiros..." – se o termo sublinhado fosse substituído por uma palavra feminina singular, o adjetivo que o acompanha não sofreria modificação em sua grafia.
- IV. "Este ano vai entrar para a História." – o sujeito desta oração é "História", daí o verbo com ele concordar em número e pessoa.

Assinalar a alternativa que contém o(s) item(ns) correto (s).

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II, III e IV.
- D) Apenas III e IV.
- E) Apenas I, III e IV.

09. Em uma das alternativas abaixo, o termo sublinhado se classifica como palavra invariável que exprime idéia de causa. Assinale-a.

- A) "... porque garante a estabilidade na produção.."
- B) "Tudo para garantir a auto-suficiência daqui para frente ..."
- C) "Este ano vai entrar para a história..."
- D) "Tudo para garantir a auto-suficiência..."
- E) "... atraindo mais investimentos estrangeiros..."

10. Observe o trecho abaixo.

"... atraindo mais investimentos estrangeiros, aquecendo a economia e gerando mais empregos."

Sobre os verbos sublinhados, é correto afirmar.

- A) Apenas o primeiro pede complemento que não vem regido de preposição.
- B) Todos pedem complemento regido de preposição.
- C) Nenhum deles pede complemento.
- D) Apenas o segundo pede complemento não regido de preposição.
- E) Todos pedem complemento que não vem regido de preposição.

CONHECIMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11. No que diz respeito ao estabelecimento das competências, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) afirma.

- I. Compete à União apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito nacional.
- II. Compete aos Estados atender, em conjunto com os Municípios, as ações assistenciais de caráter de emergência.
- III. Compete aos Municípios responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada.
- IV. Compete ao Distrito Federal e aos Municípios efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral.

- A) Todos os itens estão corretos.
- B) Todos os itens estão incorretos.
- C) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- D) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- E) Apenas os itens III e IV estão incorretos.

12. De acordo com o Estatuto do Idoso, qual alternativa abaixo está correta?

- A) Aos idosos, a partir de 60 (sessenta) anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 01 (um) salário-mínimo.
- B) O Estatuto do Idoso é uma Lei destinada a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos de idade.
- C) Aos maiores de 60 (sessenta) anos de idade, fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados, paralelamente, aos serviços regulares.
- D) O Estatuto do Idoso é uma Lei destinada a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos de idade, embora o benefício mensal de 01 (um) salário mínimo seja assegurado ao idoso a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de idade que atender aos requisitos legais.
- E) O benefício de prestação continuada é a garantia de 01 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos de idade ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

13. Conforme a Política Nacional de Assistência Social, são considerados serviços de

- I. Proteção Especial de Média Complexidade: o plantão social e a casa de passagem.
- II. Proteção Especial de Média Complexidade: a abordagem de rua e o serviço de orientação a apoio sociofamiliar.
- III. Proteção Especial de Alta Complexidade: as medidas socioeducativas de liberdade assistida (LA) e a internação provisória e sentenciada.
- IV. Proteção Especial de Alta Complexidade: o cuidado no domicílio e a família acolhedora.

Assinale a alternativa que contém o(s) item(ns) correto(s)

- A) Somente I e II.
- B) Somente I, II e III.
- C) Somente IV.
- D) Somente II.
- E) Todos os itens.

14. Sobre a Assistência Social, analise as afirmativas.

- I. O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e ao convívio sociofamiliar e comunitário.
- II. O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) comporta quatro tipos de gestão: dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União.
- III. A proteção social deve garantir as seguranças de sobrevivência, de acolhida, de convívio ou vivência familiar.
- IV. A Assistência Social é direito do cidadão e dever do estado, caracterizando-se como uma política contributiva.

Assinale a alternativa correta.

- A) Os itens I, III e IV estão corretos.
- B) Todos os itens estão corretos.
- C) Todos os itens estão incorretos.
- D) Os itens II e IV estão incorretos.
- E) Os itens I, II e III estão corretos.

15. Das sentenças abaixo, qual não é atribuição do Conselho Tutelar?

- A) Representar junto à autoridade Judiciária, nos casos de descumprimento injustificados de suas atribuições.
- B) Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.
- C) Representar o Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.
- D) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente.
- E) Encaminhar adolescente infrator para cumprir Medida Sócio-Educativa de Liberdade Assistida.

16. Qual alternativa abaixo está em *desacordo* com a Lei que estabelece a Política Nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência?

- A) Garantia de atendimento de saúde única e exclusivamente dentro das unidades de saúde.
- B) Criação de uma rede de serviços especializados em reabilitação e habilitação.
- C) Oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimento público de ensino.
- D) Apoio governamental à formação profissional e garantia de acesso aos serviços concernentes, inclusive aos cursos regulares voltados à formação profissional.
- E) Acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo.

17. No que diz respeito ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é correto afirmar que

- A) é um sistema público contributivo, descentralizado e participativo.
- B) consolida o modo de gestão centralizada e financiada individualmente por cada um dos entes federativos.
- C) tem como princípio organizativo a centralização político-administrativa com competências específicas e comando único em cada esfera de governo.
- D) regula única e exclusivamente, no território do município, a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema-cidadão de serviços, benefícios, programas, projetos e ações de Assistência Social.
- E) o SUAS estabelece a divisão de responsabilidades entre os entes federativos para instalar, regular, manter e expandir as ações de assistência social.

18. Qual alternativa está incorreta no que diz respeito ao direito, à profissionalização e à proteção ao trabalho do adolescente?

- A) A formação técnico-profissional garantirá o acesso e a frequência obrigatória ao ensino regular.
- B) É proibido qualquer trabalho a menores de 14 (quatorze) anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- C) O adolescente, maior de 16 (dezesesseis) anos de idade, pode trabalhar, desde que de forma protegida.
- D) É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos de idade.
- E) É proibido qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos de idade.

19. Em qual alternativa, ambas as medidas são consideradas Medidas Sócio-Educativas a serem aplicadas pelo Juiz da Infância e Juventude, mediante sentença a adolescentes que cometeram ato infracional?

- A) A liberdade assistida e o abrigo.
- B) A obrigação de reparar o dano e a colocação em família substituta.
- C) A orientação, o apoio e o acompanhamento temporário.
- D) A liberdade assistida e a prestação de serviço à comunidade.
- E) O internamento e a inclusão em programas de desintoxicação de drogas.

20. Todos são princípios da Política Municipal de Proteção Especial às Crianças e aos Adolescentes da Cidade do Recife, exceto.

- A) Atender as necessidades sociais de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos.
- B) Zelar pela destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção da infância e da juventude.
- C) Proteger crianças e adolescentes de qualquer tipo de violência.
- D) Garantir, apenas, às crianças vítimas de violência sexual o acesso às políticas públicas de reabilitação.
- E) Assegurar articulação das políticas públicas na perspectiva de ações que promovam a família.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Sobre os atos processuais, assinale a alternativa correta.

- A) Não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será de 10 (dez) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- B) Nas ações de estado, a citação será feita pelo correio, e, nas ações quando for ré pessoa incapaz, a citação será feita por mandado.
- C) O valor da causa constará, sempre, da petição inicial e será, havendo cumulação de pedidos, a quantia de maior valor.
- D) Distribuir-se-ão por dependência as causas de qualquer natureza, quando, tendo havido desistência, o pedido for reiterado, mesmo que em litisconsórcio com outros autores.
- E) Quando os litisconsortes tiverem os mesmos procuradores, ser-lhes-á contado em dobro o prazo para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.

22. Sobre o sistema recursal no processo civil, assinale a alternativa incorreta.

- A) Recebido o agravo de instrumento no tribunal e distribuído *incontinenti*, o relator poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso, ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão.
- B) Cabem embargos infringentes, quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória.
- C) O relator poderá, a requerimento do agravante, nos casos de prisão civil, adjudicação, remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara.
- D) Serão julgados em recurso ordinário pelo STF, os mandados de segurança, os *habeas data* e os mandados de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, quando denegatória a decisão.

E) Da decisão do relator que nega seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, não caberá recurso de agravo, segundo a nova sistemática recursal adotada para o recurso de agravo de instrumento.

23. José ingressou com ação indenizatória, sob o rito sumário, contra João, para ressarcimento por danos materiais causados em acidente de veículo de via terrestre. Sobre essa ação sumária, assinale a alternativa correta.

- A) Essa ação não pode observar o rito sumário, desde que nas causas de acidente de veículos o valor não exceda a 60 (sessenta) o valor do salário mínimo.
- B) José terá que, com antecedência de 10 dias, depositar em cartório o rol de testemunhas.
- C) João terá que ser citado com antecedência mínima de 10 (dez) dias e sob as advertências da lei.
- D) João terá que, na audiência de conciliação, vir com as testemunhas que arrolar sob pena de preclusão.
- E) É vedada a intervenção fundada em contrato de seguro.

24. Sobre a organização da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa incorreta.

- A) A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-las aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
- B) Lei complementar disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- C) Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- D) O Conselho Superior da Justiça do Trabalho funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho.
- E) Nas Varas do Trabalho, a jurisdição será exercida por um juiz singular.

25. Em relação às limitações ao Poder de Tributar, não podemos afirmar que

- A) a imunidade recíproca não se aplica ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.
- B) é vedado utilizar tributo com efeito de confisco.
- C) o imposto sobre produtos industrializados não está sujeito ao princípio da anterioridade.
- D) é facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar tanto as alíquotas como a base de cálculo do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- E) aplica-se à fixação da base de cálculo do IPVA e do IPTU o princípio da anterioridade tributária.

26. Sobre a repartição de receitas tributárias, assinale a alternativa incorreta.

- A) Pertencem aos Municípios, vinte e cinco por cento dos produtos da arrecadação do imposto do Estado sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- B) Pertencem aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
- C) Pertencem à União o produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre os rendimentos pagos, a qualquer título, pelos Municípios, suas autarquias e fundações e pelos Estados, suas autarquias e fundações.
- D) A União entregará vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios.
- E) A União entregará vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

27. Constituem crimes contra a Administração Pública:

- A) peculato e falsificação de papéis públicos.
- B) atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública e violação de sigilo de proposta de concorrência.
- C) falsificação de documento público e fraude processual.
- D) inserção de dados falsos em sistema de informações e violência arbitrária.
- E) sonegação de contribuição previdenciária e falsidade ideológica.

28. Assinale a alternativa correta.

- A) Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- B) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime.
- C) A extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este.

- D) Fica sujeito à lei brasileira, embora cometido no estrangeiro, o crime que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir, mesmo não sendo o fato punível no país onde foi praticado.
- E) São causas de extinção da punibilidade: a anistia, a perempção e o perdão aceito em crime de ação pública dependente de representação do ofendido.

29. Sobre a estabilidade, assinale a alternativa correta.

- A) É assegurada a estabilidade provisória à gestante em contrato de experiência.
- B) O registro da candidatura de empregado a cargo de direção ou representação de entidade sindical no curso do aviso prévio não lhe assegura direito à estabilidade provisória.
- C) A extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato não torna insubsistente a estabilidade do dirigente sindical.
- D) A garantia de emprego à gestante autoriza a reintegração mesmo após o período de estabilidade.
- E) A estabilidade provisória do cipeiro constitui vantagem pessoal, sendo-lhe devida indenização referente ao período estável, mesmo em caso de extinção da empresa.

30. Assinale a alternativa incorreta.

- A) Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias na proporção de 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas.
- B) É vedado descontar do período de férias as faltas do empregado ao serviço.
- C) Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos.
- D) Quando o salário for pago por percentagem, comissão ou viagem, apurar-se-á a média percebida pelo empregado nos 12 (doze) meses que precederem a concessão das férias.
- E) Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias na proporção de 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido 26 (vinte e seis) faltas.

31. Sobre a remuneração, assinale a alternativa correta.

- A) As ajudas de custo se incluem nos salários.
- B) Nas transações realizadas por prestações sucessivas, somente é exigível o pagamento das percentagens e comissões depois de ultimada a transação a que se referem.
- C) As diárias para viagem que não excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado se incluem nos salários.
- D) O adicional de insalubridade não integra a remuneração.
- E) O trabalho prestado em domingos e feriados não compensados deve ser pago em dobro sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal.

32. Assinale a alternativa correta.

- A) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.
- B) São bens móveis as energias que tenham valor econômico e o direito à sucessão aberta.
- C) O negócio jurídico nulo pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.
- D) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade ou por inexperiência se obriga à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- E) O protesto cambial suspende a prescrição.

33. Não se revogam por ingratidão as doações

- A) mesmo que o donatário tenha cometido ofensa física contra o doador.
- B) oneradas com encargo não cumprido.
- C) se o donatário atentou contra a vida do doador ou cometeu contra ele crime de homicídio doloso.
- D) mesmo que o donatário tenha caluniado o doador.
- E) puramente remuneratórias.

34. Assinale a única alternativa em que, segundo a Constituição Federal de 1988 e suas alterações posteriores, não está autorizada a intervenção do Estado nos Municípios.

- A) As contas do prefeito foram rejeitadas pela Câmara de Vereadores, havendo indícios veementes da prática de atos de improbidade administrativa.
- B) Deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida consolidada.
- C) Não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
- D) Não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
- E) Não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal nas ações e nos serviços públicos de saúde.

35. Assinale a alternativa incorreta.

- A) Compete aos municípios criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- B) A Câmara Municipal não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores.
- C) As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- D) É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- E) Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal não enviar para a Câmara de Vereadores o repasse de recursos previstos na Lei Orçamentária Municipal até o dia 20 de cada mês.

36. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara de Vereadores, que a promulgará. A assertiva está

- A) incorreta, porque a promulgação da lei orgânica é de competência do prefeito municipal.
- B) correta.
- C) incorreta, porque, para a aprovação da lei orgânica, a Constituição Federal impõe votação em dois turnos e aprovação por maioria de três quintos dos membros da Câmara de Vereadores.
- D) incorreta, porque o interstício entre os dois turnos de votação da lei orgânica é de, no máximo, 10 dias.
- E) incorreta, porque a aprovação da lei orgânica dar-se-á por maioria de dois terços dos vereadores presentes a ambos os turnos de votação.

37. Quanto à servidão administrativa, é incorreto afirmar.

- A) Trata-se de direito real de natureza pública.
- B) Incide sobre imóvel de propriedade alheia.
- C) O titular do direito real na servidão administrativa será sempre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.
- D) Se a servidão não prejudica a utilização do bem, não há pagamento de indenização.
- E) É constituída em favor de um serviço público ou de um bem afetado a uma finalidade de utilidade pública.

38. Assinale a alternativa que menciona situação em que o ato administrativo pode ser revogado pela Administração Pública.

- A) Quando se tratar de ato vinculado.
- B) Quando o ato administrativo deixou de produzir efeitos, esgotando-os completamente.
- C) Quando se tratar de mero ato administrativo, como as certidões, os atestados, os relatórios, os votos.
- D) Quando, apesar de ter gerado direito, constituiu-se em ato administrativo discricionário.
- E) Para a autoridade que o praticou, ainda que, pela interposição de recurso, já esteja sob a apreciação de autoridade superior.

39. Um imóvel adquirido pelo Município em razão de procedimento judicial, para ser alienado, exige

- A) lei autorizativa e licitação na modalidade concorrência.
- B) lei autorizativa e licitação nas modalidades de concorrência ou leilão.
- C) ato da autoridade competente, sendo desnecessária a autorização legislativa, e licitação, dependendo a modalidade do valor do imóvel.
- D) ato da autoridade competente, sendo desnecessária a autorização legislativa e licitação nas modalidades de concorrência ou leilão.
- E) ato da autoridade competente, além de autorização legislativa, e licitação nas modalidades de concorrência ou leilão.

40. Segundo a Lei Complementar 101/2000 (LRF), a Lei de Diretrizes Orçamentárias disporá, obrigatoriamente, sobre as seguintes matérias, EXCETO.

- A) Equilíbrio entre receitas e despesas.
- B) Controle de custos.
- C) Condições e exigências para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.
- D) Avaliação dos resultados dos programas financiados com os recursos dos orçamentos.
- E) Consignação de crédito com finalidade imprecisa.